



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179633-8

COMARCA: RECIFE – 3ª Vara Criminal
APELANTE : Iranilson Rodrigues dos Santos
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

001

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO SIMPLES. NEGATIVA DE AUTORIA. SIMULAÇÃO DE ARMA DE FOGO. CONJUNTO PROBATÓRIO CONTRÁRIO À TESE DA DEFESA. DELITO COMPROVADO. CONDENAÇÃO.

I – Vê-se, portanto, que as provas dos autos vulneram a tese de negativa da autoria criminosa do réu, bem como a de precariedade das provas colhidas contra ele.

II - Não há dúvida de que o acusado, ora apelante, perpetróu o delito que lhe foi imputado, emergindo dos autos, incontestavelmente, na sua conduta a caracterização da ameaça diante da simulação do uso de arma de fogo, revelando a gravidade do delito, que, *in casu*, atenta contra o patrimônio e a segurança social, demonstrando a culpabilidade do agente, compatível com a sanção que lhe foi imposta.

• II- Apelo improvido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **APELAÇÃO CRIMINAL nº 0179633-8**, no qual figura como parte a acima nomeada. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em negar provimento** ao recurso, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 02 de 12 de 2009.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho Relator



185
sm

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179633-8

002

COMARCA: RECIFE -- 3ª Vara Criminal
APELANTE : Iranilson Rodrigues dos Santos
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Trata-se de *Apelação Criminal* interposta por **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, vulgo "Bolado", qualificado às fls. 02, contra sentença monocrática proferida pelo juízo *a quo* que julgou procedente a denúncia, condenando-o às penas do art. 157, *caput*, do Código Penal Brasileiro (Roubo).

Narra a inicial acusatória (fls.02/03) que no dia 25/02/2008, por volta das 01h30, na feira da Ródia, Córrego do Euclides, em Casa Amarela, nesta Cidade, o denunciado **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, mediante grave ameaça, consistente na simulação do uso de arma de fogo, abordou a vítima **MÁRIO SIMIÃO TAVARES JÚNIOR** e o ordenou que lhe desse a chave de sua motocicleta G 125 TITAN, cor cinza, ano 2007/2008, placas KXX -- 1778 -- PE, chassi 9C2JC30708R020373. Após a entrega do bem pela vítima, o acusado se dirigiu à moto e saiu em direção à Av. Norte, no veículo.

Afirma ainda que, a vítima acionou o serviço da polícia, pelo telefone 190 e, baseados na descrição do veículo, os policiais avistaram o acusado no bairro de Nova Descoberta, saindo de um bar e indo a direção da motocicleta roubada, ocasião em que efetuaram sua prisão e apreenderam o veículo, como se vê no auto de apreensão de fls. 17. Ao final, foi denunciado como incurso nas penas do art. 157, *caput*, do Código Penal.

Anexos à peça ministerial, vieram os documentos de fls.04/64.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

186
012

003

Dentre os documentos acostados, abarca-se o auto de Prisão em Flagrante Delito (06/13), Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 17), Nota de culpa (fls. 18), Termo de Entrega (fls. 27).

Em 11/03/2008 foi recebida a denúncia, sendo designado no mesmo ato o interrogatório do acusado para o dia 31/03/2008 (fls. 67v).

Defesa Prévia às fls. 77 e petição apartada arrolando as testemunhas às fls. 82/83.

Alegações Finais oferecidas pela Promotoria (fls. 135/138) e pela Defesa (fls. 140/143).

O presente processo teve seu curso normal e, em 24/09/2008, o Togado monocrático acolheu a Denúncia feita pelo Ministério público, em todos os seus termos, condenando o acusado **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS**, pelo delito do art. 157, *caput*, do Código Penal, fixando a pena concreta e definitiva em **05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa**, sendo o dia-multa equivalente a 1/30 do salário mínimo, devendo a pena privativa de liberdade ser cumprida **inicialmente** em regime fechado, nos termos do disposto no art. 33, §2º, alínea a, do Código Penal Brasileiro (fls. 146/150).

A custódia cautelar do acusado foi mantida até o final da Instrução, sendo que a Sentença condenatória ressalta que *"considerando que o acusado foi preso em flagrante delito e mantido custodiado durante toda a instrução criminal, não faz jus ao apelo em liberdade, conforme orientação consolidada do Supremo Tribunal Federal"* (fls. 149).

Irresignado com o decreto condenatório, o acusado, através de seu Defensor Público, interpôs recurso de apelação, às fls. 158, e apresentou as razões de apelo às fls. 159/1164, requerendo, a reforma da sentença, para que seja absolvido, com base no art. 386, inciso VII, do Código Processo Penal, por não haver provas suficientes da autoria da infração penal, ou ainda, a desclassificação da conduta do acusado para o art. 155, *caput*, uma vez que não restou provada a violência ou grave ameaça, considerando assim, o delito na forma tentada, bem como a atenuante genérica do art. 65, I do CPB.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

187
om
004

Em seu contra-arrazado o Ministério Público (fls. 166/170) alega que *"a reprimenda imposta foi por demais justa e legal, considerando todas as circunstâncias atenuantes e agravantes contra o réu, sendo o regime de cumprimento, de forma acertada"*, pugnando pelo **improvemento** do recurso e a manutenção da referida sentença *in totum*.

Instada a se pronunciar, nesta Instância, a douta Procuradora de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, sob o argumento de que *"diante do conjunto probatório, não se autoriza nem a absolvição nem a desclassificação para o crime de furto"*, ofertou parecer pelo **improvemento** do recurso, e, por conseguinte, a manutenção *in totum* da decisão hostilizada (fls. 180/182).

É o relatório.

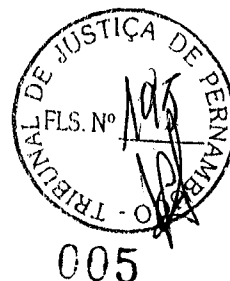
À Revisão.

Recife/PE, 19 de 11 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0179633-8

COMARCA: RECIFE – 3ª Vara Criminal
APELANTE : Iranilson Rodrigues dos Santos
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho
REVISORA: Desª Alderita Ramos de Oliveira

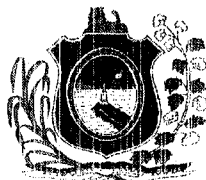
VOTO DO RELATOR

Cuida-se de *Apelação Criminal* interposta contra sentença prolatada pelo juízo singular que condenou o apelante **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS** como incurso às penas do art. 157, *caput*, do Código Penal, por não existirem provas suficientes que incriminem a sua conduta.

Em síntese, sustenta em suas razões recursais o apelante **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS** que no dia do fato estava bebendo com a vítima **MÁRIO SIMIÃO TAVARES JÚNIOR** e que ela teria autorizado o uso da moto, pois o acusado iria levar a sua garota em casa e depois entregaria a moto no mesmo local. Desta forma, requer a reforma da sentença para que seja absolvido, com base no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, por não haver provas suficientes da autoria da infração penal, ou ainda, a desclassificação da conduta do acusado para o art. 155, *caput*, uma vez que não restou provada a violência ou grave ameaça, considerando assim, o delito na forma tentada, bem como a atenuante genérica do art. 65, I do CPB. (fls. 159/164).

Os argumentos trazidos pela Defesa, nas suas Razões de apelo, não merecem acolhimento, como veremos.

A materialidade do delito encontra-se sobejamente comprovada através do Boletim de Ocorrência – BO nº 08E0095001884 (fls. 15/16), Auto de Apresentação e Apreensão (fls. 17) e Termo de Entrega (fls. 27). Com relação à autoria do crime, constato que o acusado foi reconhecido e apontado pela própria vítima **MÁRIO SIMIÃO TAVARES**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

006

JÚNIOR como autor do delito, conforme depoimento prestado perante a autoridade policial (fls. 10/11) e durante a instrução criminal (fls. 110/111).

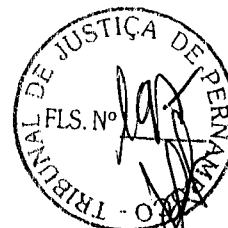
Por sua vez, infere-se dos autos que o apelante nega as imputações contra ele denunciadas, conforme trechos retirados do seu interrogatório (fls. 74/75):

"Que já foi processado e condenado por roubo a pena de 04 (quatro) anos; que não cumpriu integralmente a pena; que não tem outros processos, além deste em andamento; que nega os fatos narrados na denúncia; que afirma que a vítima é tio de um primo seu; que conhecia a vítima há uns dois meses; que embora não lembre o nome da vítima, ela sabe o nome do interrogando e ainda onde ele mora, e, inclusive, conhece sua família; que na madrugada (sic) do fato pegou a moto da vítima emprestada; que estava embriagada, mas autorizou que o interrogando fosse de moto levar sua namorada em casa no bairro da Guabiraba; [...] que a vítima mentiu dizendo que o acusado havia lhe roubado; que ficou bebendo com a vítima porque ele fica no balcão; que é o próprio cliente quem vai no balcão pegar bebida; que foi sua colega Tamires quem viu quando a vítima entregou a chave da moto ao interrogando para levar sua namorada; que nunca teve problemas com a vítima; que foi a primeira vez que pegou a moto da vítima emprestada; que já havia pedido antes, mas a vítima nunca emprestou; que também o colega que estava com a vítima naquela mesma noite chegou a sair com a moto e antes do interrogando; que não possui habilitação para dirigir moto; [...]"- acusado **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS, fls. 74/75.**

Como é cediço, não podemos, é claro, desprezar as palavras da vítima. São palavras fundamentais em crimes contra o patrimônio, pois a vítima não tem motivo algum para incriminar falsamente o acusado, como bem sublinha a jurisprudência dominante (Tribunal de Apelação Criminal de São Paulo – RJTACRIM 31/408). Em sede de roubo, portanto, a palavra da vítima não pode ser desprezada e deve merecer plena credibilidade quando se apresenta em perfeita harmonia com o mais da prova produzida (RT 718/405), pois ela esteve em contato frontal com o agente e, ao se dispor reconhecê-lo, ostenta condição qualificada a contribuir com o juízo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



007

na realização do justo concreto (TACRIM-SP.AC-1.036.841-3-Rel. Renato Nalini).

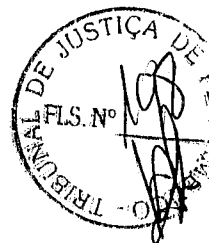
Desta feita, faz-se necessário colacionar a transcrição em parte do testemunho prestado pela vítima **MÁRIO SIMIÃO TAVARES JÚNIOR** em juízo, senão vejamos (fls. 110/111):

“que na noite do fato estava bebendo na companhia de seu sobrinho Cleiton; que já conhecia o acusado de vista, pois costumava vê-lo no bar onde estava que fica de frente a Praça da Rodinha; **que o acusado veio lhe pedir a moto emprestada e essa era a segunda vez; que como da primeira vez o declarante se negou a emprestar a moto**, dizendo que não costumava emprestar a moto nem para o seu irmão, quanto mais para o acusado que era pessoa desconhecida; que o seu sobrinho chegou a encher alguns copos de cerveja para o acusado e este pegava o copo e ia conversar em outras mesas e não chegou a sentar na mesma mesa onde estava o declarante; que viu quando o acusado saiu do bar e o declarante preocupado porque às vezes arrancam a moto com raiva ou murcham pneu, resolveu ir atrás; que ao sair fora do bar não viu mais o acusado e a moto ainda estava no mesmo lugar onde havia deixado; que o declarante então voltou para o interior do bar, pegou uma cerveja e **quando chegava na mesa, sentiu quando algo foi encostado na suas costas e ouviu o acusado dizer “não olhe pra trás e me dê a chave da moto”**; que tirou as chaves e sem se voltar entregou as chaves a pessoa que estava na suas costas; **que viu que era o acusado quando ele estava deixando o bar em sentido Avenida Norte, pilotando a moto do declarante; [...] que nega que tenha emprestado a moto até porque o acusado levou a moto sem documento, sem capacete e sem alarme; [...] que não estava embriagado; [...]**”.

Corroborando com o explanado pela vítima, seguem os depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação e ouvidas no curso do processo, conforme segue:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



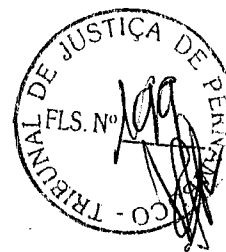
008

“que foi o depoente juntamente com a sua equipe quem encontrou o acusado com a moto da vítima em Nova Descoberta; **que o acusado não estava com a documentação da moto**, mas estava com a chave dela; que o acusado disse que havia pedido a moto emprestada e que a vítima era seu conhecido; que levaram o acusado até o PPO do Alto José do Pinho, onde a vítima estava, e lá a **vítima negou que houvesse emprestado a moto**, dizendo que conhecia o acusado apenas de vista; [...] **que a vítima disse, ao ver o acusado na PPO, que ele era o autor do assalto**; [...] **que a vítima não estava embriagada; que da comunicação do roubo pela vítima, até a prisão do réu decorreram aproximadamente 4 horas**; - testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei – CARLOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, fls. 100.

“que havia uma informação do CIODS de que **a moto referida na denúncia havia sido roubada**; [...] que o acusado disse que não havia roubado a moto, mas sim tomado emprestado; que foi localizada a vítima e ela estava no PPO do Alto José do Pinho; que **a vítima negou que tivesse emprestado a moto**, dizendo que ela havia sido tomada pelo acusado que simulou estar com a arma de fogo; [...] **que a vítima não parecia embriagada**” [...] – testemunha compromissada na forma e sob as penas da lei – DIOGO PEREIRA DE BARROS, fls. 112.

Assim, o conjunto probatório dos autos não corrobora a negativa de autoria do acusado, pois resta demonstrada através dos depoimentos da vítima e das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, de forma clara e precisa, não restando dúvidas quanto à participação do denunciado, como bem salientou o douto julgador (às fls. 147).

Ressalta-se que a Defesa insurge-se alegando que a única prova existente que atribui ao acusado **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS** a prática do fato, consiste no depoimento da vítima, o qual não teria sido confirmado por nenhum popular que estava no bar e tenha presenciado o fato, já que o delito teria sido praticado em local público.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

009

Todavia, a falta de testemunha presencial, como analisa a douta Procuradoria de Justiça, não impede que se obtenha a certeza da responsabilidade do acusado por outros meios, diante da coerência da declaração da vítima que, não faria sentido emprestar o seu veículo a um desconhecido, pois sequer sabia o nome do apelante, tampouco o apelante sabia o nome da vítima (fls. 12 e 74), e também não havia sentido a vítima emprestar a motocicleta e denunciar o apelante como tendo roubado a sua moto. (fls. 181). Conforme precedentes abaixo transcrito:

“São elementos suficientes à condenação por crime de roubo o reconhecimento pessoal por parte da vítima e a prisão em flagrante do acusado, na posse da *res furtiva*, sendo certo que, quem é apanhado em pleno *inter criminis*, ou imediata e conseqüentemente a ele, não tem como justificar sua situação, constituindo marco indelegável de autoria e certeza visual dos acontecimentos, consubstanciada na flagrância delitiva.”
(TACRIM SP – Ap. 1.285.437/2 – Rel. Juiz LUIS SOARES DE MELLO – 11ª C. – J.3.12.2001 – Un.) (RJTACRIM 58/104).

O conjunto probatório existente nos autos imputa ao apelante a autoria do delito descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a alegação de insuficiência de prova, com a conseqüente absolvição.

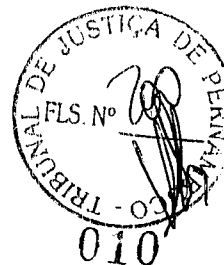
Salienta-se que acusado ora apelante **IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS** foi condenado anteriormente por crime de roubo, conforme se vê da sentença condenatória colacionada às fls. 122/127, utilizando-se do mesmo *modus operandi*, ou seja, simulando estar armado para subtrair uma motocicleta, como se verifica nas palavras ofertadas pela douta Procuradora de Justiça (fls. 182).

Tal fato sugere, em relação ao mesmo, a existência de uma personalidade talvez voltada para a prática criminosa.

Quanto à tentativa da Defesa em desclassificar a conduta do acusado para o art. 155, *caput* (furto), por entender que não restou provada a violência ou grave ameaça, e ainda sua caracterização de forma tentada, considero inviáveis os pleitos, diante do conjunto probatório colhido nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A caracterização da grave ameaça, própria do crime de roubo, torna-se evidente *in casu*, ainda que a arma seja **fingida**, pois a vítima ignorava tais circunstâncias, o que a intimidou a ponto de anular a sua capacidade de resistência. Neste sentido: TACRIM SP – Rev. 197.058/6 – Rel. Juiz VALTER TINTORI – 4º G. Cs. – J. 1º.11.90 –Um. Nesta linha, o magistério do clássico NELSON HUNGRIA: “a ameaça com uma arma ineficiente (ex: revólver descarregado) ou fingida (ex: um isqueiro com feitiço de revólver), mas ignorando a vítima tais circunstâncias, não deixa de constituir a majorante, pois a ‘ratio’ desta é a intimidação da vítima, de modo anular-lhe a capacidade de resistir” (*in* Comentários ao Código Penal, vol. VII, 1ª ed., 1995, p.55).

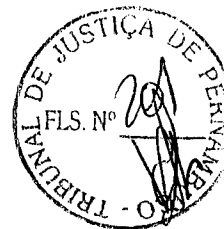
Neste sentido, colaciono outras decisões:

“A simulação do uso de arma de fogo durante a subtração de bens configura a grave ameaça caracterizadora do crime de roubo, pois tal conduta é suficiente para causar a intimidação da vítima” (STJ – Resp. 87.974-SP – Rel. Min. VICENTE LEAL – 6ª T.-J.9.11.99 – Un.) (DJU n. 227-E, 29.11.99, p.210).”

“Simulação do porte de arma. Basta que a conduta do acusado tenha criado, na vítima, o sentido de medo e subjugação, para que, em princípio, se vislumbre o crime de roubo.” (STF – RHC 59.549-9-RJ – Rel. Min. DÉCIO MIRANDA – Pleno – J.18.12.81 – Um.) (DJU, 5.3.82, p.1.549).”

E ainda, a prática delituosa em comento, qual seja, o roubo, segundo a corrente jurisprudencial e doutrinária que adoto, se consuma quando os bens subtraídos ficam **efetivamente fora da esfera de vigilância da vítima**, ainda que por pouco tempo (RT 552/357, 588/394, 657/353, 705/429). **O crime de roubo consuma-se no momento em que o assaltante realiza a subtração da res furtiva afastando-se do campo de vigilância da vítima, mesmo que depois venha a ser preso** (STJ, Recurso Especial, 197.848- DF, DJ 31.05.1999, pág.198).

É o caso dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

011

O acusado, conforme narram os autos, foi preso bem depois do assalto, quando estava saindo de um bar, em direção à motocicleta roubada. A vítima havia acionado o serviço das autoridades policiais, pelo telefone 190, e, baseados na descrição do delito, os agentes puderam localizar o ora Recorrente IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS, vulgo "Bolado", no bairro de Nova Descoberta, para onde tinha fugido após o delito (fls. 02 e 17).

Vê-se, portanto, que as provas dos autos vulneram a tese de negativa da autoria criminosa do réu, bem como a de precariedade das provas colhidas contra ele. Não há dúvida de que o acusado, ora apelante, perpetrou o delito que lhe foi imputado, emergindo dos autos, incontestavelmente, na sua conduta a caracterização da ameaça diante da simulação do uso de arma de fogo.

O apelante questiona sobre a dosimetria da pena, quanto à aplicação da atenuante genérica do art. 65, inciso I, do CPB (menor de 21 anos na época do fato). No entanto, constato que a mesma foi considerada na Sentença Condenatória proferida pelo Togado Monocrático, às fls. 149. A decisão deve ser mantida em sua integralidade, pois se encontra devidamente delineada e de acordo com o conjunto probatório. E, no que diz respeito às normas aplicadas, não pode ser considerada exacerbada.

Ante o exposto, em consonância com a douta Procuradoria de Justiça, **nego provimento** ao recurso, mantendo a Sentença Condenatória em todos os seus termos.

É como voto.

Recife/PE, 22 de 12 de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho -- Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

01258

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0179633-8
COMARCA : Recife – 3ª Vara Criminal
APELANTE : Iranilson Rodrigues dos Santos
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia
REVISORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO DE REVISÃO

IRANILSON RODRIGUES DOS SANTOS, conhecido por “**Bolado**” foi denunciado como incurso nas penas do art. 157¹ do Código Penal, acusado de subtrair para si, mediante grave ameaça consiste na simulação do uso de arma de fogo, uma motocicleta G125 TITAN, cor cinza, ano 2007/2008, placa KKX -- 17778 – PE, no Córrego Euclides, no bairro de Casa Amarela, nesta cidade, fato este ocorrido em 25.02.2008, por volta às 01:30 horas da madrugada.

Encerrada a instrução criminal, o acusado **Iranilson Rodrigues dos Santos**, conhecido por “**Bolado**” foi condenado pela prática delitiva prevista no art. 157, *caput* da lei substantiva penal, tendo o MM Juiz de Direito, fixado a pena base em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e multa de 10 (dez) dias-multa, reduzida em 03 (três) meses, tendo em vista a circunstância atenuante prevista no art. 65, inciso I (menoridade), perfazendo o *quantum* de 04 (quatro) anos e 03 (três) meses, aumentada de 1/3 (um terço), em face da agravante da reincidência, prevista no art. 61, I, do CPB, **tornando-a definitiva de 05 (cinco) anos e 08 (oito) meses de reclusão e multa de 13 (treze) dias-multa**, a míngua de outras circunstâncias agravantes e atenuantes, como demonstra a sentença de fls. 146/150.

Inconformado, o acusado interpôs tempestivo apelou (fls. 156) e, em suas razões recursais (fls. 158/164), alega que a sentença condenatória não se coadunou com o conjunto probatório emanado dos autos, porquanto a autoria não restou devidamente comprovada. Alternativamente, aduz que a conduta merece ser desclassificada para a

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Ata do Voto de revisão - Apel crim - 179633-8 - 157 dec contraria prov, consum p tentad, exarceb, pena, improv



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

013

modalidade tentada, uma vez que não obteve a posse tranqüila da *res furtiva*, razão pela qual pugna pelo reconhecimento da tentativa.

Ressalta ainda que o acusado tinha, à época dos fatos, 19 anos de idade, pugnando pelo reconhecimento da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I, CPB) em favor do mesmo.

A douta Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna lançou parecer nos autos (fls. 180/182), negando provimento do apelo.

A materialidade do fato encontra-se evidenciada no auto de apresentação e apreensão (fls.17) e no termo de entrega (fls.27).

No que tange à autoria e ao *modus operandi*, a prova testemunhal produzida por ocasião da instrução criminal, com destaque para os depoimentos e o reconhecimento pessoal dos condutores e da vítima, são contundentes no sentido de reconhecer a ocorrência do delito trazido na denúncia. Senão, vejamos:

Interrogado por ocasião da instrução criminal, o acusado **Iranilson Rodrigues dos Santos, conhecido por "Bolado"** afirmou (fls.74/75):

"(...) que nega os fatos narrados na denúncia; que afirma que a vítima é tio de um primo seu; que conhecia a vítima há uns dois meses; que embora não lembre o nome da vítima, ela sabe o nome do interrogando e ainda onde ele mora e, inclusive, conhece sua família; que na madrugada do fato pegou a moto da vítima emprestada; que estava com a vítima no bar "da gaiola" e inclusive o interrogando tinha "ajeitado" uma garota para ele; que não lembra o nome da garota; que a vítima estava embriagada, mas autorizou que o interrogando fosse de moto levar sua namorada em casa no bairro da Guabirara; que foi e quando já estava retornando, em frente ao bar da "bagaceira", depois da delegacia, faltou gasolina; que uma viatura parou e veio até o interrogando dizendo que a moto era roubada; (...) que levou a moto para o núcleo policial; que a vítima estava lá; que a vítima disse primeiro que o acusado teria roubado a moto no trabalho dela e depois disse que havia sido roubado no bar "da gaiola"; que a vítima mentiu dizendo que o acusado havia lhe roubado; (...) que foi a colega Tamires foi quem viu quando a vítima entregou a chave da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

014

moto ao interrogando para levar sua namorada; que nunca teve problemas com a vítima; que foi a primeira vez que pegou a moto da vítima emprestada, que já havia pedido antes mas a vítima nunca emprestou; (...) que a sua namorada Rafaela não estava bebendo na mesma mesa que a vítima; que ela chegou depois, mas viu quando a vítima entregou a chave ao interrogando; que todo mundo estava no bar viu o interrogando saindo com a moto da vítima emprestada; que a vítima continuou no bar depois que o interrogando saiu com a moto e o combinado era que o interrogando a devolveria no mesmo bar; (...)".

A vítima **Mário Simião Tavaes Júnior** ratificando as informações prestada por ocasião do inquérito policial, em juízo, aduziu (fls.110/111):

"(...) que na noite do fato estava bebendo na companhia de seu sobrinho Cleiton; que já conhecia o acusado de vista, pois costumava vê-lo no bar onde estava que fica na frente da praça da Rodinha; que o acusado veio lhe pedir a moto emprestada e essa era a segunda vez; que como da primeira vez o declarante se negou a emprestar a moto, dizendo que não costumava emprestar a moto nem para o seu irmão, quanto mais para o acusado que era pessoa desconhecida; que o seu sobrinho chegou a encher alguns copos de cerveja para o acusado e este pegava o copo e ia conversar em outras mesas e não chegou a sentar na mesma mesa onde estava o declarante; que viu quando o acusado saiu do bar e o declarante preocupado porque às vezes arranham a moto com raiva ou murcham pneu, resolveu ir atrás; que ao sair fora do bar não viu mais o acusado e a moto estava no mesmo lugar onde havia deixado; que o declarante então voltou para o interior do bar, pegou uma cerveja e quando chegava na mesa, sentiu quando algo foi encostado na suas costas e ouviu o acusado dizer "não olhe para trás e me de a chave da moto"; que tirou as chaves e sem se voltar entregou as chaves a pessoa que estava nas suas costas; (...) que Cleiton estava dançando e não viu a hora em que o declarante foi abordado pelo acusado; que perguntou a uma moça com quem o acusado estava dançando no bar como era o nome dele e onde morava; que ela respondeu que sabia apenas o apelido e era "Bolado", não sabendo o endereço; que ligou para o 190 e depois saiu dando buscas para ver se encontrava o acusado, mas não obteve êxito; que por volta da 05:00 horas foi que ficou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

015

sabendo que a moto havia sido encontrada na posse de Iranilson; que recebeu a moto sem danos; que não viu o que o acusado disse na delegacia, mas em entrevista para a TV, o acusado jurava que havia pego a moto emprestada e inclusive chegou a ameaçar o declarante de morte; que nega que tenha emprestado a moto até porque o acusado levou a moto sem documento, sem capacete e sem alarme; que nunca tinha tido problemas com o acusado antes; que não estava embriagado; que não sabe de alguém dentro do bar que tenha visto o momento em que o acusado abordou o declarante usando a arma pelo menos ninguém se pronunciou; que o acusado deixou o bar com a moto sem ninguém na garupa; (...)"

A testemunha **Carlos Antônio de Oliveira** declarou, em juízo (fls.100/101):

"(...) que foi o depoente juntamente com a equipe quem encontrou o acusado com a moto da vítima em Nova Descoberta; que o acusado não estava com a documentação da moto, mas estava com a chave dela; que o acusado disse que havia pedido a moto emprestada e que a vítima era seu conhecido; que levaram o acusado até o PPO do Alto José do Pinho, onde a vítima estava, e lá a vítima negou que houvesse emprestado a moto, dizendo que conhecia o acusado apenas de vista; que a vítima disse que estava lanchando, após larga do trabalho na pizzaria, em uma pracinha conhecida como "Rodinha", em Bomba do Hemetério, quando foi abordado pelas costas e sentiu algo pontudo e a ordem de passar a chave da moto; (...) que a vítima disse, ao ver o acusado no PPO, que ele era o autor do assalto; que não foi encontrado arma com o acusado; (...)"

A testemunha **Diogo Pereira de Barros**, interrogado por ocasião da instrução criminal, afirmou (fls.112):

"(...) que havia uma informação do CIODS de que a moto referida na denúncia havia sido roubada; que durante as buscas o veículo foi localizado na Avenida Otacílio Azevedo, no bairro da Nova Descoberta; que o acusado estava ligando a moto para sair com ela; que o acusado dizia que tinha vindo do bar da "Mídia" e não estava acompanhado de nenhuma mulher; que o acusado disse que não havia roubado a moto, as sim tomado emprestado; que foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

016

localizada a vítima e ela estava no PPO do Alto José do Pinho; que a vítima negou que tivesse emprestado a moto, dizendo que ela havia sido tomada pelo acusado que simulou estar com arma de fogo; que não foi encontrada arma ou droga com o acusado; que a vítima disse que o acusado colocou a mão por baixo da camisa, fazendo parecer que tinha uma arma; (...) que o acusado não estava com o capacete ou documentos da moto; que a vítima estava com os documentos da moto; que a vítima não parecia embriagada; (...)

A testemunha da defesa (fls. 122) não trouxe aos autos esclarecimentos concernentes ao delito, tendo em vista que não presenciaram os fatos, apenas atesta a conduta social do acusado.

O conjunto probatório existente nos autos imputa ao apelante **Iranilson Rodrigues dos Santos, conhecido por "Bolado"**, sem sombra de dúvida, a autoria do crime descrito na denúncia, não merecendo, desta maneira, ser acolhida a pretensão de sua absolvição.

Como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça no seu judicioso parecer às fls.181:

"(...) As declarações da vítima são coerentes, pois não haveria sentido emprestar o seu veículo a um desconhecido, pois sequer sabia o nome do apelante, tampouco sabia este o nome daquela, fls.12 e 74. Não havia sentido, também, na vítima emprestar a motocicleta e denunciar o apelante como a tendo roubado. Reforça a versão da vítima, o fato do apelante já ter sido condenado anteriormente por crime de roubo, conforme se vê da sentença condenatória de fls.122/127; (...)"

Quanto ao argumento de que o delito foi praticado na sua forma tentada, não há como ser acolhido, diante das provas carreadas aos autos.

Por oportuno, leciona FERNANDO CAPEZ:

O roubo se consuma no momento em que o agente subtrai o bem do ofendido. Subtrair é retirar contra a vontade do titular. Levando-se em conta esse raciocínio, o roubo estará consumado tão logo o sujeito, após o emprego de violência ou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

017

grave ameaça, retire o objeto material da esfera de disponibilidade da vítima, sendo irrelevante se chegou a ter a posse tranqüila ou não da res furtiva. (Curso de Direito Penal, vol. 2, 6ª, São Paulo: Saraiva, 2006, p.409/410).

Nesse sentido, cabe ainda colacionar a jurisprudência do STJ:

PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA TENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE. REGIME INICIAL MAIS SEVERO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. DECISÃO FUNDAMENTADA APENAS NA GRAVIDADE GENÉRICA DO DELITO. SÚMULA 718/STF. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como a do Supremo Tribunal Federal, firmaram a orientação no sentido de que se considera consumado o crime de roubo, assim como o de furto, no momento em que, cessada a clandestinidade ou violência, o agente se torna possuidor da res furtiva, ainda que por curto espaço de tempo, sendo desnecessário que o bem saia da esfera de vigilância da vítima, incluindo-se, portanto, as hipóteses em que é possível a retomada do bem por meio de perseguição imediata.

2. Nos termos da Súmula 718/STF, "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada".

3. Na hipótese, a fixação pelo Tribunal a quo do regime inicial fechado pela prática do crime de roubo qualificado, com base apenas na gravidade genérica do delito, constitui constrangimento ilegal, por inobservância do disposto no art. 33, § 2º, alínea b, do referido diploma legal.

4. Fixada a pena-base no mínimo legal, a aplicação de regime prisional mais gravoso para o início do cumprimento da condenação atenta contra o art. 33, § 3º, do referido diploma legal.

5. Ordem parcialmente concedida a fim de fixar o regime semi-aberto, para o início do cumprimento da pena. (HC 106.457/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2008, DJe 20/10/2008).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

018

RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. REFORMATIO IN MELLIUS. POSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES. CONSUMAÇÃO. DISSENSO PRETORIANO.

1.(...).

2. O crime de roubo se consuma com a mera posse do bem subtraído, ainda que por um breve período, não se exigindo para a consumação do delito a posse tranqüila da res. Precedentes.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. (REsp. 753.215/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, 5T, DJU 20.03.2006).

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO QUALIFICADO. FORMA CONSUMADA. MOMENTO DO CRIME. ORDEM DENEGADA.

1. A jurisprudência desta Corte vem se firmando no sentido de que, em havendo emprego de violência ou grave ameaça, prescinde de posse mansa e tranqüila da res furtiva para consumação do tipo.

2. Ordem denegada. (HC 42.397/SP, Rel. Min. HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, 6T, DJU 06.02.2006).

E, ainda, do Supremo Tribunal Federal:

Roubo. Momento de sua consumação. O roubo se consuma no instante em que o ladrão se torna possuidor da coisa móvel alheia subtraída mediante grave ameaça ou violência.- Para que o ladrão se torne possuidor, não é preciso, em nosso direito, que ele saia da esfera de vigilância do antigo possuidor, mas, ao contrário, basta que cesse a clandestinidade ou a violência, para que o poder de fato sobre a coisa se transforme de detenção em posse, ainda que seja possível ao antigo possuidor retomá-la pela violência, por si ou por terceiro, em virtude de perseguição imediata. Aliás, a fuga com a coisa em seu poder traduz inequivocamente a existência de posse. E a perseguição - não fosse a legitimidade do desforço imediato - seria ato de turbação (ameaça) a posse do ladrão. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 102.490/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. MOREIRA ALVES, DJ de 16/8/1991).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

019

Quanto ao pedido alternativo de redução da pena, alegando que o MM Juiz processante deixou de reconhecer a atenuante da menoridade ao acusado **Iranildo Rodrigues dos Santos**, visto que o mesmo tinha à época dos fatos 19 anos de idade, não vislumbro tal possibilidade, uma vez que conforme se vê da sentença condenatória às fls.149 a referida atenuante foi levada em consideração quando da aplicação da pena.

Isto posto, **nego provimento ao recurso**, mantendo a sentença tal como proferida.

Recife, 23 de dezembro de 2009.


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora